

# **Planus Informática e Tecnologia Ltda.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas da  
Planus Informática e Tecnologia Ltda.

### **Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações financeiras da Planus Informática e Tecnologia Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planus Informática e Tecnologia Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalvas**

#### *Imposto de renda e contribuição social*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22 (b) às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui registrado (i) ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa no montante de R\$6.599 mil (R\$5.832 mil em 31 de dezembro de 2022) e (ii) imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos registrado na demonstração de resultados do exercício findo nessa data nos montantes de R\$0 (R\$3.523 mil de crédito corrente em 2022) e R\$767 mil de crédito diferido (R\$2.776 mil de crédito diferido em 2022), respectivamente.

A Sociedade, no entanto, revisitou suas apurações fiscais e identificou, durante o ano de 2023, erros nas apurações dos anos de 2022, 2021 e anos anteriores. As apurações corrigidas da Sociedade indicam que, se a Administração tivesse realizado as apurações de acordo com a legislação fiscal vigente, os valores apresentados deveriam ser (i) ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias no montante de R\$6.004 mil em 31 de dezembro de 2022 e (ii) imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos registrado na demonstração de resultados do exercício R\$142 mil de despesa corrente em 2022 e R\$217 mil de crédito diferido em 2022, respectivamente.

Tendo em vista a impossibilidade de abrir os registros contábeis e proceder os ajustes nos respectivos períodos de competência, a Administração decidiu proceder a correção desses erros de forma acumulada no exercício de 2022. Dessa forma, (i) o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos registrado na demonstração de resultados do exercício findo em 31/12/2022 estão superavaliados no montante de R\$3.665 mil de crédito corrente e superavaliados no montante de R\$2.559 mil de crédito diferido. Consequentemente, o lucro líquido de 2022 está superavaliado em R\$6.224 mil. A correção dos erros anteriormente descritos não teve efeito no montante total dos fluxos de caixa, uma vez que todos os efeitos impactam no fluxo de caixa operacional.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e assecuração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Adicionalmente, a Sociedade apresentou estudo com projeção de resultados futuros para avaliar a capacidade de recuperação do ativo fiscal diferido no montante de R\$6.599 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$5.832 mil em 31 de dezembro de 2022), cujas premissas não estão sob seu controle, conseqüentemente, não nos foi possível determinar se teria havido a necessidade de efetuar registro de provisão para recuperação do ativo fiscal diferido.

## *Receita Líquida*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a Sociedade possui registrada receita líquida no montante de R\$52.750 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$86.310 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A Sociedade, no entanto, estimou a maior as suas receitas no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em R\$315 mil e a menor em 31 de dezembro de 2022 em R\$602 mil. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2023, o contas a receber e o ativo circulante estão superavaliados em R\$315 mil, e o patrimônio líquido está subavaliado em R\$602 mil e o resultado do exercício está superavaliado em R\$917 mil, e em 31 de dezembro de 2022 o resultado do exercício está subavaliado em R\$602 mil.

## *Provisão genérica*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Sociedade possui passivo de provisão genérica a pagar no montante de R\$2.639 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.477 mil em 31 de dezembro de 2022). Conseqüentemente, o passivo circulante está superavaliado e o patrimônio líquido está subavaliado em R\$2.639 mil e R\$1.477 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está superavaliado em R\$1.162 mil (lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está subavaliado em R\$1.477 mil).

## *Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS*

Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal julgou uma ação de um contribuinte a respeito inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS decidindo favoravelmente para o contribuinte, ou seja, o órgão máximo julgador reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das referidas contribuições, sendo a referida decisão de repercussão geral. Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal procedeu a modulação do tema eliminando as dúvidas que existiam sobre a mensuração do ativo. Naquele momento, 13 de maio de 2021, as empresas passaram a ter o direito ao ativo referente ao indébito tributário (pagamento indevido). Em 10 de outubro de 2022, a ação judicial da Sociedade, realizada através do Mandado de Segurança nº 5009852-73.2020.4.03.6100, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, transitou em julgado em favor da Sociedade. Tendo em vista a impossibilidade da Administração de abrir os registros contábeis de 2021 e de 2022 e proceder o registro do ativo e seus impactos, a Administração da Sociedade procedeu o registro do ativo e seus impactos apenas em 2023. Conseqüentemente, o ativo e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão subavaliados em R\$1.958 mil, e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está superavaliado em R\$1.958 mil.

## *Direito de uso e Arrendamento a pagar*

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 12 às demonstrações financeiras, a Sociedade possui registrado direito de uso líquido no montante de R\$2.844 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.894 mil em 31 de dezembro de 2022) bem como arrendamento a pagar de R\$3.131 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$5.165 mil em 31 de dezembro de 2022). A Sociedade, no entanto, não registrou adequadamente determinados contratos de arrendamento renegociados em 2023 em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conseqüentemente, o ativo está subavaliado em R\$1.804 mil, o passivo está subavaliado em R\$1.649 mil e o patrimônio líquido está superavaliado em R\$420 mil em 31 de dezembro de 2023 e o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentado a maior em R\$575 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

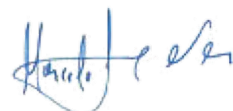
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Marcelo Salvador  
Contador  
CRC nº MG 089422/O-0

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.781	13.944	Fornecedores		6.999	8.116
Contas a receber de clientes	4	8.771	11.019	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	7.687	8.605
Partes relacionadas	8	58	35	Impostos a recolher	13	2.562	2.598
Estoques	5	1.390	1.249	Adiantamento de clientes		-	516
Impostos a recuperar	6	3.299	1.636	Empréstimos e Financiamentos	17	-	18
Adiantamento a fornecedores		3	11	Partes relacionadas	8	127	549
Contas a receber - venda operação printing	7	-	1.090	Arrendamentos a pagar	12	1.460	2.009
Despesas antecipadas		210	100	Provisão para contratos onerosos	15	45	750
Total do ativo circulante		<u>23.512</u>	<u>29.085</u>	Outros passivos		138	219
				Total do passivo circulante		<u>19.018</u>	<u>23.381</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos diferidos	22.b	6.599	5.832	Impostos a recolher	13	5.553	6.581
Direito de Uso	11	2.844	4.894	Provisões diversas	16	4.114	2.408
Imobilizado	9	1.112	1.917	Arrendamentos a pagar	12	1.671	3.156
Intangível	10	57	68	Total do passivo não circulante		11.338	12.145
Total do ativo não circulante		10.612	12.711				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	18	25.541	25.541
				Reserva Lucros		1.084	1.084
				Prejuízos Acumulados		(22.857)	(20.355)
				Total patrimônio líquido		3.768	6.270
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>34.124</u></u>	<u><u>41.796</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO</b>		<u><u>34.124</u></u>	<u><u>41.796</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	19	52.750	86.310
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(47.045)	(72.102)
LUCRO BRUTO		<u>5.705</u>	<u>14.208</u>
Despesas gerais e administrativas	20	(12.227)	(14.373)
Outras receitas operacionais, líquidas		2.748	714
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(3.774)</u>	<u>549</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	21	505	(1.569)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(3.269)</u>	<u>(1.020)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22		
Corrente		-	3.523
Diferido	22.b	<u>767</u>	<u>2.776</u>
		767	6.299
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(2.502)</u>	<u>5.279</u>
Lucro (Prejuízo) líquido por ação (básico e diluído) - em R\$		(25,02)	52,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(2.502)	5.279
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(2.502)</u>	<u>5.279</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	23.541	1.084	(25.634)	(1.009)
Aumento de capital	2.000	-	-	2.000
Lucro do exercício	-	-	5.279	5.279
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>25.541</u>	<u>1.084</u>	<u>(20.355)</u>	<u>6.270</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	(2.502)	(2.502)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>25.541</u>	<u>1.084</u>	<u>(22.857)</u>	<u>3.768</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (prejuízo) do exercício		(2.502)	5.279
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	9 e 10	985	1.679
Amortização do direito de uso	11	2.245	2.123
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	733	(702)
Provisão para contratos onerosos	15	(706)	(183)
Constituição de provisão para riscos	16	1.706	1.027
Constituição (reversão) de provisão para perdas no estoque	5	(820)	(1.133)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	17	-	116
Encargos financeiros sobre arrendamento	12	457	589
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)		(767)	(6.299)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	9 e 10	163	-
		<u>1.494</u>	<u>2.496</u>
Redução (aumento) em ativos:			
Contas a receber de clientes		1.492	9.036
Estoques		679	2.963
Impostos a recuperar		(1.647)	691
Adiantamento a fornecedores		7	1.192
Outros ativos		(110)	131
Redução (aumento) nos passivos:			
Fornecedores		(1.521)	2.005
Obrigações sociais		(915)	2.231
Impostos a recolher		(1.081)	(2.996)
Adiantamento de clientes		(516)	(1.360)
Outros passivos		(100)	34
<b>CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	17	-	(116)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(142)
		<u>(2.218)</u>	<u>16.422</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
		<u>(2.218)</u>	<u>16.164</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimento da venda de "printing"	9	1.090	7.410
Aumento do ativo imobilizado		(332)	(212)
Diminuição (Aumento) de direitos de uso	11	-	1
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento		<u>758</u>	<u>7.199</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Aporte de capital	18	-	2.000
Empréstimos recebidos (pagos) de (a) partes relacionadas		-	(4.597)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(18)	(6.572)
Pagamentos de arrendamentos	12	(2.685)	(2.501)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(2.703)</u>	<u>(11.670)</u>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u>(4.163)</u>	<u>11.693</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.944	2.251
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		9.781	13.944
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(4.163)</u>	<u>11.693</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em reais mil - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Planus Informática e Tecnologia Ltda. (“Sociedade”), constituída em 22 de setembro de 1987, na modalidade empresarial limitada, detendo de escritórios comerciais em São Paulo/SP (Matriz), Carapicuíba/SP (Filial) e Serra/ES (Filial). Atuante em todo território nacional, tem por objeto social a consultoria, assessoria, suporte técnico, locação de máquinas e equipamentos, assim como cessão de direitos de software voltada para soluções de tecnologia, disponíveis no mercado para compor ofertas customizadas para cada tipo de negócio.

Compõe nossas atividades Cloud Services, Cybersecurity, Data Center, Gestão de dados, Networking, Networking as a Service (NaaS), Devices, Devices as Service (DaaS), Digital Workspace, Manager Services e Business Continuity.

Desde 6 de março de 2020 a Sociedade faz parte do Grupo de origem francesa VINCI, onde houve aquisição de 100% do seu capital. A VINCI está presente em 120 países e atingiu em 2023 receita operacional de EUR 68.8 bilhões, contando atualmente com cerca de 280.000 colaboradores em todo o mundo. (informação não auditada)

A partir de 17 de junho de 2021 a Sociedade passou a atuar sob a marca global AXIANS, marca de tecnologia da informação e comunicação da VINCI Energies, presente em 25 países, com mais de 12 mil colaboradores, faturou mais de EUR 3.8 bilhões no mundo em 2023. Sua proposta é entregar o melhor da tecnologia com um toque humano e apoiar as empresas em sua jornada de transformação digital de forma sustentável. (informação não auditada)

Em 30 de novembro de 2021 foi realizada a venda da operação de “printing” (“outsourcing” de impressão), no intuito de manter o foco nas soluções *core* da marca Axians de Cloud Services, Cybersecurity, Data Center, Gestão de dados, Networking, Networking as a Service (NaaS), Devices, Devices as Service (DaaS), Digital Workspace, Manager Services e Business Continuity.

A Diretoria da Sociedade entende que não existe risco de inadimplência ou de continuidade operacional. A expectativa da Diretoria é de que a geração de caixa seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Sociedade, contando também com suporte do grupo Vinci Energies do Brasil, se necessário.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo, vide item (m), das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A acionista tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Planus, apesar dos prejuízos apresentados no últimos anos, possui recursos adequados para sua continuidade operacional nos próximos exercícios. Portanto, continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

## 2.2. Base para preparação e práticas contábeis materiais

### a) Moeda funcional e de apresentação

A Sociedade definiu o Real (R\$) como sendo a moeda funcional, pois melhor reflete o ambiente econômico no qual está inserida. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

### b) Equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

### c) Contas a receber

Estão registrados os saldos decorrentes de prestações de serviços e vendas de mercadorias atreladas à atividade operacional da Sociedade.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base na perda esperada (conforme pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros), na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, sejam por via administrativa ou judicial.

### d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e líquidos dos impostos recuperáveis. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados e necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

A cada fechamento de balanço a Diretoria realiza a análise de realização dos estoques e constitui provisão para perda por giro dos estoques, levando em consideração o prazo para perda tecnológica, demanda do mercado e vínculo contratual.

e) Direito de uso

O direito de uso é aplicado conforme a NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. A Sociedade aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

f) Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9.

A taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

h) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis, deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, se aplicável, até a data do balanço.

i) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos subsequentemente, são principalmente: Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD, Provisão para perda por giro do estoque, Impostos Diferidos e Continuidade dos Negócios, cujos critérios foram descritos acima.

j) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Sociedade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Sociedade utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Sociedade determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideradas suficientes para cobrir perdas futuras segundo a Diretoria da Sociedade.

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

l) Reconhecimento de Receita

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de aditivos, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que eles resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

A receita dos contratos de prestação de serviços recorrentes são reconhecidas à medida em que os serviços são executados.

A receita dos contratos de revenda são reconhecidas à medida em que há a transferência dos riscos e benefícios atrelados aos equipamentos e/ou produtos.

m) Tributação

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor no Brasil na data do balanço. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados nos ativos circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

(ii) Impostos diferidos

O *imposto* diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases contábeis e bases fiscais dos ativos e passivos.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na medida em que não seja provável a realização de lucros tributáveis disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados *são revisados* a cada data do balanço e *são reconhecidos* na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

## n) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os pagamentos de arrendamento estão classificados como atividade de financiamento e juros pagos estão demonstrados nas atividades operacionais.

## o) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	1º de janeiro de 2024
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	1º de janeiro de 2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	1º de janeiro de 2024

- p) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade:

<u>Normas</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após</u>
IFRS 17/CPC 50	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações à IAS 8/CPC 23	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	1º de janeiro de 2023

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. Em dezembro de 2022 foi realizado uma aplicação financeira de curto prazo no valor de R\$5.000, durante o ano de 2023 teve um acréscimo de aplicação se mantendo em 31 de dezembro com o saldo de R\$9.416, representados por certificados de depósitos bancários com taxa média de 1,13% a.m. em 2022 e 1,09% a.m. em 2023.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	7	-
Bancos - conta movimento	358	8.944
Aplicações financeiras	9.416	5.000
	<u>9.781</u>	<u>13.944</u>

## 4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a receber		
Clientes	9.254	12.235
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(483)	(1.216)
Total contas a receber de clientes	<u>8.771</u>	<u>11.019</u>

Os saldos de contas a receber de clientes, agrupados por prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	7.435	9.687
Vencido até 30 dias	842	1.111
Vencido entre 31 e 90	11	249
Vencido entre 181 e 360	-	31
Acima de 360	483	1.157
Total	<u>8.771</u>	<u>12.235</u>

A Sociedade considera que o montante constituído como provisão para créditos de liquidação duvidosa – PECLD é suficiente para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos.

A movimentação da provisão para PECLD é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	(1.216)	(1.918)
Reversão	733	702
Saldo no fim do exercício	<u>(483)</u>	<u>(1.216)</u>

## 5. ESTOQUES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Estoque para Prestação de Serviços	3.619	3.671
Estoque para Revenda	265	892
Provisão para valor realizável do estoque	(2.494)	(3.314)
Total	<u>1.390</u>	<u>1.249</u>

A Sociedade manteve a média de compras de forma não haver variação significativa nos valores de estoque, assim como em 2022, houve significativa realização de provisão através da utilização em projetos de prestação de serviços e vendas à terceiros, diminuindo assim o risco de obsolescência, segue abaixo a movimentação de provisão para valor realizável de estoque:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	(3.314)	(4.447)
Constituição	(70)	(102)
Reversão	890	1.235
Saldo no fim do exercício	<u>(2.494)</u>	<u>(3.314)</u>

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ/CSLL – Imposto pago antecipadamente (a)	1.872	127
IRPJ/CSLL - Retenções de Clientes (b)	628	661
Pis/COFINS (c)	609	760
ICMS a recuperar (d)	165	61
INSS a recuperar (e)	15	15
ISS a recuperar	9	12
Total	<u>3.299</u>	<u>1.636</u>

Os saldos de impostos a recuperar atuais referem-se:(a) Impostos de IRPJ/CSLL pagos antecipadamente a serem compensados no período subsequente com impostos de mesma natureza ou outros impostos federais; (b) Créditos de IRPJ/CSLL retidos na fonte; (c) Créditos de PIS/COFINS retidos na fonte e oriundos de compras para atividade de venda e serviços; (d) Créditos de ICMS sobre compras para revenda. A Sociedade obteve êxito em ação judicial que visava a recuperação de créditos tributários oriundos do estorno do ICMS da base do cálculo de PIS e COFINS, onde houve a homologação de créditos tributários no montante de R\$1.981 em 03/03/2023. O saldo foi consumido no curso de suas atividades; e (e) INSS retidos sobre prestação de serviços. Destacamos que o total do saldo se encontra dentro do ativo circulante com previsão de realização no prazo de 12 (doze) meses.

## 7. CONTAS A RECEBER - VENDA OPERAÇÃO DE “PRINTING”

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Venda operação “Printing”	-	1.090
Total de Outros ativos	<u>-</u>	<u>1.090</u>
Curto Prazo	-	1.090
Total	<u>-</u>	<u>1.090</u>

Em 30/11/2023 houve a quitação do contas a receber da venda de uma das atividades da Sociedade (Operação de “Printing – Outsourcing), ocorrida em 2021. Não houve atrasos ou alteração de prazos, ocorrendo todos os recebimentos conforme o cronograma inicial.

## 8. PARTES RELACIONADAS

As transações entre as partes relacionadas são celebradas de acordo com as negociações entre as partes. As principais transações são empréstimos a curto prazo e prestação de serviços. Os Administradores da Sociedade não recebem bônus e/ou participação nos lucros.

Possuímos saldos com outras empresas do grupo das quais o custo de maior valor se referente ao contrato de prestação de Serviços de TI junto a Vinci System Information, custo de marcas pago a Vinci do Brasil e outros serviços referente a subcontratações de serviços.

	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
VINCI ENERGIES DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	-	(1.091)	-	-	(1.247)
VINCI ENERGIES SYSTEME INFO	-	-	(1.186)	-	-	(802)
VINCI	-	75	(75)	-	-	-
SISNERGY – SOLUÇÕES E SISTEMAS INTEGRADOS LTDA.	58	-	(766)	35	152	(450)
AXIAN SEU	-	52	(156)	-	53	(227)
VINCI ENERGIES MANAGEMENT	-	-	(204)	-	344	(204)
ACUNTIA	-	-	(1)	-	-	(32)
C.I.I.B. Ltda.	-	-	-	-	-	23
INTECH	-	-	-	-	-	26
Axians Networks Ltd.	-	-	169	-	-	172
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>127</b>	<b>(3.310)</b>	<b>35</b>	<b>549</b>	<b>(2.741)</b>

## 9. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação %	31.12.2023			31.12.2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Máquinas e Equipamentos	33	107	(52)	55	185	(89)	96
Computadores/ Máquinas	33	9.295	(8.748)	547	27.941	(26.809)	1.132
Móveis e Utensílios	10	299	(80)	219	476	(189)	287
Instalações	5	389	(98)	291	389	(57)	332
Benfeitorias	10	-	-	-	127	(57)	70
<b>Total</b>		<b>10.090</b>	<b>(8.978)</b>	<b>1.112</b>	<b>29.118</b>	<b>(27.201)</b>	<b>1.917</b>

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.917	3.296
Adições	258	212
Baixas líquidas	(126)	-
Depreciação	(937)	(1.591)
<b>Saldo final</b>	<b>1.112</b>	<b>1.917</b>

## 10. INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação - %	31.12.2023			31.12.2022		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	33	84	(27)	57	1.679	(1.611)	68
<b>Total</b>		<b>84</b>	<b>(27)</b>	<b>57</b>	<b>1.679</b>	<b>(1.611)</b>	<b>68</b>

A movimentação do ativo intangível está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	68	156
Adições	71	-
Baixas líquidas	(36)	-
Amortização	(46)	(88)
Saldo final	<u>57</u>	<u>68</u>

#### 11. DIREITOS DE USO

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Sociedade aplicou a NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada.

Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental (taxa nominal) sobre os empréstimos da Sociedade e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente.

A Sociedade aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

Os principais contratos de arrendamento da Sociedade referem-se à locação dos imóveis, equipamento e veículos.

A movimentação da operação de arrendamento está demonstrada a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.982	2.104	235	6.321
Arrendamento	-	505	191	696
Amortização	(992)	(953)	(178)	(2.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.990	1.656	248	4.894
Arrendamento	358	177	110	645
Cancelamentos	(451)	-	-	(451)
Amortização	(983)	(1.077)	(184)	(2.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.914</u>	<u>756</u>	<u>174</u>	<u>2.844</u>
<u>Direito de uso líquido</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2023	<u>1.914</u>	<u>756</u>	<u>174</u>	<u>2.844</u>
Saldo em 31/12/2022	<u>2.990</u>	<u>1.656</u>	<u>248</u>	<u>4.894</u>
Taxa anual média de amortização:	9,12%	10,64%	11,02%	

## 12. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Sociedade possui contratos de arrendamentos relacionados ao direito de uso de bens imóveis e de veículos conforme segue:

	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.020	2.140	220	6.380
Juros incorrido	348	227	14	589
Adições	-	505	192	697
Contraprestações Pagas	<u>(1.215)</u>	<u>(1.108)</u>	<u>(178)</u>	<u>(2.501)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>3.153</u>	<u>1.764</u>	<u>248</u>	<u>5.165</u>
Adições	335	183	110	628
Cancelamento	(451)	-	-	(451)
Juros incorrido	306	150	18	474
Contraprestações Pagas	<u>(1.230)</u>	<u>(1.252)</u>	<u>(203)</u>	<u>(2.685)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.113</u>	<u>845</u>	<u>173</u>	<u>3.131</u>
			<u>2023</u>	<u>2022</u>
Curto Prazo			1.460	2.009
Longo Prazo			<u>1.671</u>	<u>3.156</u>
Total de arrendamento			<u>3.131</u>	<u>5.165</u>

(a) Os equipamentos financiados para a prestação de serviços que possuem um prazo superior a 12 meses estão reconhecidos dentro das normas de contabilidade CPC 06 (R2).

Segue abaixo movimentação do resultado de arrendamento mercantil:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Amortização do arrendamento	(2.211)	(1.192)
Juros incorridos	<u>(474)</u>	<u>(589)</u>
Total	<u>(2.685)</u>	<u>(2.501)</u>

## 13. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Parcelamentos de impostos (i)	7.457	8.262
Imposto de renda de pessoa jurídica a recolher	-	98
Contribuição social a recolher	-	47
PIS/COFINS a recolher	180	702
ICMS a recolher	260	67
Imposto de renda retido na fonte a recolher	-	3
Outros impostos a recolher	<u>218</u>	<u>-</u>
Total	<u>8.115</u>	<u>9.179</u>
Circulante	2.562	2.598
Não Circulante	5.553	6.581

- (i) Parcelamento de ISS advindo do não recolhimento entre os períodos de 2010 e 2016 e com homologação firmada em 24 de outubro de 2017 em 120 parcelas, com prazo de quitação em 31 de outubro de 2027. As parcelas são atualizadas mensalmente pela SELIC.

#### 14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os saldos das obrigações trabalhistas e previdenciárias estão assim compostos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão prêmio de desempenho	2.192	2.985
Provisões para férias	1.263	1.277
Provisão de encargos trabalhistas e previdenciários	1.536	1.477
INSS	765	1.339
IRRF	358	500
Provisões para acordos de rescisão trabalhista	164	164
FGTS	504	444
Outras obrigações	905	406
Salários a pagar	-	13
Total	<u>7.687</u>	<u>8.605</u>

#### 15. PROVISÕES PARA CONTRATOS ONEROSOS

O saldo de provisões é assim composto:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para contratos onerosos (i)	750	45	(750)	45
Total	<u>750</u>	<u>45</u>	<u>(750)</u>	<u>45</u>

- (i) A Sociedade reconhece em suas demonstrações financeiras provisão para os projetos com seus clientes cujos resultados apresentam-se de forma onerosa.

#### 16. PROVISÕES DIVERSAS

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2023</u>
Outras provisões (a)	1.201	1.604	(166)	2.639
Provisão contingência tributária (b)	1.006	399	-	1.405
Provisões contingência trabalhista (c)	201	-	(131)	70
Total	<u>2.408</u>	<u>2.003</u>	<u>(297)</u>	<u>4.114</u>

- (a) A Sociedade realiza provisões diversas para absover quaisquer perdas contratuais nos serviços prestados.
- (b) Os processos de natureza tributária são referente a um auto de infração junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e Secretaria da Fazenda Federal ocorrido em 2022 devido a falta de recolhimento de ICMS no período de 2019 e 2020 totalizando a R\$1.395 em 31/12/2023. O desenvolvimento desses processos é acompanhado pela Administração e baseado na opinião de seus consultores jurídicos, para todos aqueles processos cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável, é constituída provisão para perdas.

- (c) A Sociedade é parte em ações judiciais de natureza trabalhista (Hora extra, equiparação salarial e férias). A Sociedade também é parte em ações possíveis no valor de R\$ 43 cujo os valores não tinham prognósticos anteriores.

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Capital de Giro (a)	BNDES (b)	“Leasing” (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.845	32	4.713	6.590
Captações	-	-	-	-
Pagamento principal	(1.845)	(29)	(4.698)	(6.572)
Pagamento juros	(51)	(2)	(63)	(116)
Juros incorridos	51	2	63	116
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	3	15	18
Captações	-	-	-	-
Pagamento principal	-	(3)	(15)	(18)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-

	Capital de Giro (a)	BNDES (b)	“Leasing” (c)	2023 Total	2022 Total
Curto Prazo	-	-	-	-	18
Total	-	-	-	-	18

- (a) A Sociedade realizou financiamentos de Longo Prazo no ano de 2018 junto ao BNDES para financiamento de investimentos no qual possui prazo médio de 48 meses à taxa de juros de 1,40% ao mês. Os contratos foram quitados durante o ano de 2023.
- (b) Os equipamentos financiados para a prestação de serviços que possuem um prazo superior a 12 meses estão reconhecidos dentro das normas de contabilidade CPC 06 (R2) e foram transferidos para arrendamentos a pagar vide nota explicativa nº 11.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Sociedade é de R\$25.541, representado por 25.540.957 quotas de R\$1,00 (em 2021, de R\$23.541 representados por 23.540.957 quotas de R\$1,00) detidos pela Vinci Energies do Brasil Engenharia e Participações Ltda.

A deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício da Sociedade, apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras, compete à reunião de sócios a realizar-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, por proposta da Diretoria da Sociedade.

A avaliação da Sociedade pelo pagamento de lucros aos cotistas, durante cada exercício social, é feita com base na sua capacidade de geração de fluxo de caixa, levando-se em consideração suas projeções de longo prazo, incluindo os planos de investimento, bem como outros fatores que a Sociedade entenda pertinentes, tais como a obtenção e/ou manutenção dos indicadores financeiros.

## 19. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta de Serviços	28.879	43.082
Receita bruta de Revenda	27.081	50.169
Receita bruta de Locação	3.472	3.108
Demais Receitas	103	-
Deduções e impostos incidentes sobre vendas:		
Impostos	(6.770)	(9.602)
Abatimentos	(15)	(447)
Total de receitas líquidas de vendas	<u>52.750</u>	<u>86.310</u>

## 20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Mão de obra e outros gastos	(22.806)	(23.875)
Material para uso na prestação de serviços e revenda	(18.224)	(42.952)
Seguros, honorários advocatícios, consultorias e auditorias	(2.666)	(1.113)
Subcontratação de serviços técnicos e profissionais	(3.938)	(7.152)
Despesas com viagens	(456)	(656)
Aluguéis e condomínios	(1.665)	(1.756)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(3.105)	(1.844)
Depreciação e Amortização	(983)	(2.801)
Provisão para riscos	(1.706)	(1.027)
Provisão (reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	733	702
Outros gastos operacionais	(664)	(280)
Taxa Adm. / Gerenciamento de Tecnologia / Uso da Marca	(3.781)	(3.721)
Custo de arrendamento	(11)	-
Total de Gastos	<u>(59.272)</u>	<u>(86.475)</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas gerais e administrativas	(12.227)	(14.373)
Custos dos serviços prestados	(47.045)	(72.102)
Total	<u>(59.272)</u>	<u>(86.475)</u>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações	1.227	48
Descontos obtidos	44	128
Juros recebidos	-	8
Outras receitas financeiras	355	205
Subtotal	<u>1.626</u>	<u>389</u>
Despesas financeiras:		
Juros incorridos	(998)	(1.554)
Descontos concedidos	(9)	-
Despesas bancárias	(28)	(167)
Variação cambial passiva	(86)	(237)
Subtotal	<u>(1.121)</u>	<u>(1.958)</u>
Total	<u>505</u>	<u>(1.569)</u>

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## (a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2023 e de 2022 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.269)	(1.020)
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição	<u>1.111</u>	<u>347</u>
Efeitos tributários	(344)	5.952
IR e CS no resultado	767	6.299
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	3.523
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	767	2.776
	<u>767</u>	<u>6.299</u>

## (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Base de apuração	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para contratos onerosos	45	750
Provisões para riscos	4.114	2.408
Provisão prêmio de desempenho	2.192	2.985
Provisões Plano Castor	1.289	-
Provisão de encargos trabalhistas e previdenciários	1.536	1.477
Provisões para acordos de rescisão trabalhista	164	164
Provisão para PECLD	483	2.834
Perdas de estoque	2.494	3.314
Provisão Fast Close	3.212	3.221
Prejuízo fiscal	3.880	-
Total da base de apuração	19.409	17.153
Alíquota de IR/CSLL	34%	34%
Diferido	6.599	5.832

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A Sociedade mantém operações envolvendo instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil, que se aproximam do valor de mercado devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

A Sociedade não aplica em derivativos, os valores justos de ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Sociedade está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Sociedade.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é pulverizada de forma a que a Sociedade não esteja dependente de um cliente ou operação. Na sua grande maioria, os contratos são de longo prazo com cláusulas de interrupção.

Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilam devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Sociedade gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

As análises são feitas através da elaboração de um fluxo de caixa detalhado, alinhado com o plano de negócios, que é monitorado tempestivamente pela Diretoria.

Estimativa do valor justo

Como política de gestão de instrumentos financeiros, a Sociedade busca permanentemente monitorar seus principais riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Sociedade estão apresentados a seguir:

## (a) Categoria dos instrumentos financeiros

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Categoria</u>
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	9.781	13.944	Custo amortizado
Contas a receber	8.829	11.019	Custo amortizado
Venda atividade ("Printing")	-	1.090	Custo amortizado
Passivos financeiros e arrendamentos/"leasing":			
Fornecedores	6.999	8.116	Custo amortizado
Arrendamentos	3.132	5.165	Custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos	-	18	Custo amortizado
Partes relacionadas	127	549	Custo amortizado

## 24. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade realizou a seguinte atividade de investimento que não envolvendo caixa e, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Arrendamento a pagar/ Direito de uso	194	505

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em reunião realizada em 17 de junho de 2024.

---